

À Ilma. Sra.  
ERALDA ETRA MARIA LESSA  
Pregoeira/SUPEL/RO

## **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Pregão Eletrônico nº **90245/2024/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90245/2024/SUPEL/RO

OBJETO: Registro de Preço de empresa(s) especializada(s) na prestação em estudos prévios, perfuração e instalação de poços tubulares profundo com o fornecimento de materiais, equipamentos, sistema hidráulico complementar, mão de obra e licenciamento necessários para o pleno funcionamento dos poços conforme Termo de Referência, com o fito de atender a demanda de água para abastecimento público nos municípios de Rondônia.

**90245/2024/SUPEL/RO**, pelas razões e fatos abaixo relatados.

### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

A licitação está prevista para o dia 19/09/2023, sendo prazo de **até 3 dias úteis** anterior a data da abertura para os pedidos de esclarecimentos e impugnações, conforme o subitem 8.1 do Edital. Vejamos:

**8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número do PREGÃO ELETRÔNICO, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e- mail: cplo.supel.ro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Pregoeira, pelo telefone (0XX) 69.3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.**

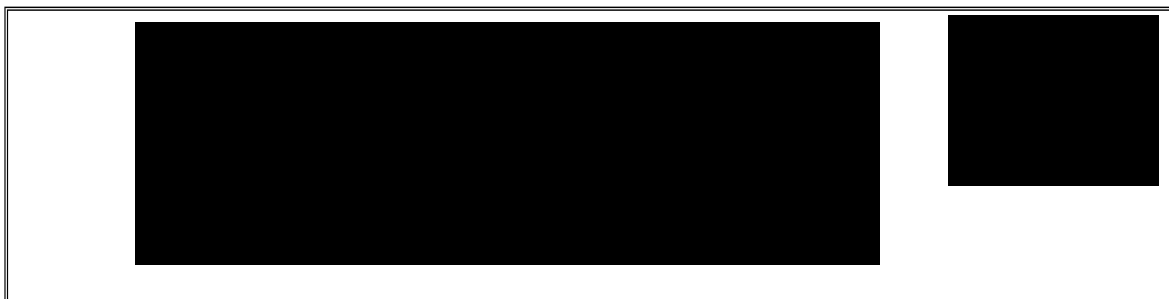
Portanto, o pedido encontra-se tempestivo, devendo ser apreciada, nos termos do Edital e da legislação.

### **1. DOS FATOS**

A impugnante tem interesse em participar do certame em tela e, análise ao instrumento convocatório na busca pelas informações que possam subsidiar a sua proposta verificou algumas inconsistências que devem ser esclarecidas e/ou revisadas para garantir a eficiência no ato licitatório.

### **2. DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Sabemos da importância da definição objetiva da qualificação técnica da empresa quanto dos



profissionais que deverão atuar na execução dos serviços.

Para atender a essa condição o Edital, item 12.4 do Edital e subitens. Vejamos:

#### **12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

*12.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);*

*12.4.2. Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, observando as seguintes condições:*

*a) Geólogo devidamente registrado;*

Ocorre que o CREA e o CAU não são os únicos órgãos reguladores dos profissionais que podem ser responsáveis técnicos pela execução de serviços de perfuração de poços artesianos.

A LEI No 5.524, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1968, regulamentada pelo DECRETO No 90.922, DE 6 DE FEVEREIRO DE 1985, dispõe sobre do livre exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio.

De acordo com suas atribuições o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, publicou a Resolução nº 085, de 28 de outubro de 2019, instituindo a Tabela de Títulos de profissionais criando a função de Técnico em Mineração. O Técnico em Mineração, tem qualificação para atuar em serviços relacionados a geologia e à engenharia, dentre outras tantas atribuições.

Desta forma, o Edital, para ser justo e atender a legislação pertinente deve prevê que além dos profissionais com registro no CREA/CAU também deve prevê que profissionais registrados em outros Conselhos, neste caso o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT também possam ser aceitos como responsáveis técnicos na licitação.

A ampliação do rol de Conselhos profissionais visa atender ao artigo 67 da Lei N° 14.133 de 1° de abril de 2021 que regulamenta, institui normas para Lei de Licitações e Contratos Administrativos e dá outras providências. Trazemos:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

Veja-se que a Lei trata de PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE e não traz nenhuma restrição ou indica conselhos específicos. Portanto, qualquer profissional que tenha atribuições e possa atuar na execução do objeto da licitação deve ser aceito, bastando apenas que esteja, devidamente registrado no Conselho Competente e seja detentor de Acervo Técnico.



### 3. DO PEDIDO

Em face do exposto, requerer:

1. Seja reconhecida a presente peça impugnatória, pela sua tempestividade e relevância;
2. Seja a presente peça julgada e considerada procedente, em todos os pontos levantados, para que seja publicada a imediata suspensão do certame, para fins de promoção das adequações necessárias ao Edital;
3. Seja permitida a participação de responsáveis técnicos inscritos em outros Conselhos, além do CREA e CAU, para atender ao art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e atenda também aos anseios das demais classes de profissionais habilitados e com atribuições inerentes ao objeto da licitação;
4. Seja determinada a imediata republicação do edital impugnado, positivando-se a adoção das providências necessárias para garantir que o processo licitatório seja mais eficiente e eficaz.

Nestes termos, pede deferimento.

Ariquemes/RO, 16 de setembro de 2024.

Sócio Administrador